



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

JOSÉ LUIS SOUZA DE SOUZA

**PRECISAMOS PISAR NO CHÃO:
PLANTAS MEDICINAIS E ANCESTRAIS USOS DE PRÁTICAS E
SABERES ENTRE OS QUILOMBOLAS DE DEUS AJUDE**

BELÉM – PA
2024

JOSÉ LUIS SOUZA DE SOUZA

**PRECISAMOS PISAR NO CHÃO:
PLANTAS MEDICINAIS E ANCESTRAIS USOS DE PRÁTICAS E
SABERES ENTRE OS QUILOMBOLAS DE DEUS AJUDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito necessário à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Antropologia

Linha de pesquisa: Gênero, Geração e
Relações Étnico-Raciais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Denise Machado
Cardoso

BELÉM – PA
2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

S719p Souza de Souza, José Luis.
Precisamos pisar no chão : Plantas medicinais e
ancestrais usos de práticas e saberes entre os quilombolas
de Deus Ajude / José Luis Souza de Souza. — 2024.
65 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Denise Machado Cardoso
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2024.

1. Conhecimento ancestral. 2. Plantas. 3. Identidade
quilombola. 4. Salvaterra. 5. Marajó. I. Título.

CDD 301

JOSÉ LUIS SOUZA DE SOUZA

**PRECISAMOS PISAR NO CHÃO: plantas medicinais e ancestrais usos de
práticas e saberes entre os quilombolas de Deus Ajude**

Defesa de Mestrado

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Denise Machado Cardoso

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/UFPA
Orientadora

Prof.^º. Dr. Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA/UFPA
Examinador interno

Prof.^º. Dr^ª. Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães

Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em História - PPGMPH/UNIFAP
Examinador externo

Prof^ª. Dra Maria do Socorro Rayol Amoras

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/UFPA
Examinadora suplente

Enquanto você estiver ensinando o que eu lhe ensinei, eu estarei vivo mesmo estando enterrado. Mas se você deixar de ensinar o que eu lhe ensinei, eu estarei enterrado mesmo que esteja vivo (Antônio Bispo dos Santos).

RESUMO

A presente pesquisa é realizada em um território tradicional reconhecido como Deus Ajude e investiga a relação entre o uso de plantas medicinais e a identidade quilombola nessa comunidade, situada no arquipélago do Marajó, Pará. Motivada pelos debates sobre a preservação dos territórios quilombolas, especialmente após o reconhecimento constitucional das terras tradicionais pelo Art. 68 do ADCT (1988), esta pesquisa antropológica e sociológica examina como os saberes ancestrais vinculados ao uso de plantas fortalecem a identidade cultural quilombola e contribuem para a conservação territorial. Com uma população de aproximadamente 300 habitantes, a comunidade faz uso sustentável de uma área biodiversa composta por florestas que proporcionam o uso de seus frutos, plantas ancestrais e medicinais, cipós e junco, além dos rios com peixes e outros animais aquáticos que compõem um cenário rico e com potencialidade para o desenvolvimento de diferentes atividades. A pesquisa também analisa os desafios impostos pela expansão do agronegócio sobre esses territórios e a substituição de saberes tradicionais por práticas farmacológicas modernas, destacando a relevância dos saberes tradicionais para a resistência cultural e a sustentabilidade ambiental.

Palavra-chave: Conhecimento ancestral. Plantas. Identidade quilombola. Salvaterra. Marajó.

ABSTRACT

This research is carried out in a traditional territory recognized as Deus Ajude and investigates the relationship between the use of medicinal plants and the Quilombola identity in this community, located in the Marajó archipelago, Pará, Brazil. Motivated by the debates on the preservation of Quilombola territories, especially after the constitutional recognition of traditional lands by Art. 68 of the ADCT (1988), this anthropological and sociological research examines how ancestral knowledge linked to the use of plants strengthens the Quilombola cultural identity and contributes to territorial conservation. With a population of approximately 300 inhabitants, the community makes sustainable use of a biodiverse area composed of forests that provide the use of their fruits, ancestral and medicinal plants, lianas and rushes, in addition to rivers with fish and other aquatic animals that make up a rich scenario with potential for the development of different activities. The research also analyzes the challenges imposed by the expansion of agribusiness on these territories and the replacement of traditional knowledge by modern pharmacological practices, highlighting the relevance of traditional knowledge for cultural resistance and environmental sustainability.

Keywords: Ancestral knowledge. Plants. Quilombola identity. Salvaterra. Marajó.

RESUMEN

Esta investigación se lleva a cabo en un territorio tradicional reconocido como Deus Ajude e investiga la relación entre el uso de plantas medicinales y la identidad quilombola en esta comunidad, ubicada en el archipiélago de Marajó, Pará, Brasil. Motivada por los debates sobre la preservación de los territorios quilombolas, especialmente después del reconocimiento constitucional de las tierras tradicionales por el Art. 68 del ADCT (1988), esta investigación antropológica y sociológica examina cómo los saberes ancestrales vinculados al uso de plantas fortalecen la identidad cultural quilombola y contribuyen a la conservación territorial. Con una población de aproximadamente 300 habitantes, la comunidad hace uso sostenible de una zona biodiversa compuesta por bosques que proporcionan el uso de sus frutos, plantas ancestrales y medicinales, lianas y juncos, además de ríos con peces y otros animales acuáticos que componen un escenario rico y con potencialidad para el desarrollo de diferentes actividades. La investigación también analiza los desafíos impuestos por la expansión del agronegocio sobre estos territorios y la sustitución de saberes tradicionales por prácticas farmacológicas modernas, destacando la relevancia de los saberes tradicionales para la resistencia cultural y la sostenibilidad ambiental.

Palabras clave: Conocimiento ancestral. Plantas. Identidad quilombola. Salvaterra. Marajó.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Nomes das espécies utilizadas na Comunidade Deus Ajude.....	54
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Desfile cívico quilombola.....	18
Figura 02 - Formatura de José Souza em Altamira.....	19
Figura 03 - Formatura de José Souza em Deus Ajude.....	19
Figura 04 - Gabinete de crise da COVID 19.....	19
Figura 05 - Vacina da COVID 19 no território quilombola.....	19
Figura 06 - Banho de Cheiro.....	23
Figura 07 - Reunião das lideranças quilombolas da Regional do Marajó/MALUNGU..	25
Figura 08 - Cartografia participativa social.....	28
Figura 09 -	29
Figura 10 - Jogos Quilombolas 2022.....	30
Figura 11 - Roda de conversa no jogos quilombolas 2022.....	30
Figura 12 - Exposição de plantas medicinais e ancestrais.....	32
Figura 13 - Antigos moradores da comunidade quilombola Deus Ajude.....	33
Figura 14 - Carmem Maria, 86 anos de idade, pessoa mais velha da comunidade.....	34
Figura 15 - Crianças e animais em convívio na comunidade Deus Me Ajude.....	35
Figura 16 - Crianças brincando na comunidade quilombola de Deus Ajude.....	37
Figura 17 - Canoa utilizada na coleta de açaí pelos interlocutores do trabalho.....	41
Figura 18 - Croqui das comunidades Deus Ajude e Providencia.....	44
Figura 19 - Travessia clandestina nas áreas de bacurizal da fazenda Dallas.....	45
Figura 20 - Entrada clandestina na cerca da fazenda Dallas.....	46
Figura 21 - Área de bacurizal da Fazenda Dallas.....	47
Figura 22 - Cerca elétrica da fazenda Dallas.....	48
Figura 23 - Arruda.....	50
Figura 24 - Anador e Espada de Joana D'arc.....	50

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitária de Saúde
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AVC	Acidente Vascular Cerebral
CIAC	Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos
INEAF	Instituto Nacional de Agriculturas Familiares da Amazônia
MG	Minas Gerais
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PPGSA	Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia
PSE-IQ	Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas
RJ	Rio de Janeiro
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – TRAJETÓRIA EDUCACIONAL TRAÇADA POR: SONHOS, DIFICULDADES E RACISMO.....	13
CAPÍTULO 2 – CAMINHOS DA PESQUISA: ENTRE A CURA E A TERRITORIALIDADE QUE HÁ EM MIM.....	22
2.1 O território étnico como espaço de vida e resistência: situando a comunidade quilombola de Deus Ajude.....	22
2.2 Diário de campo.....	26
2.3 Interlocutor da pesquisa.....	31
CAPÍTULO 3 – HISTÓRIA DA TERRITORIALIDADE ESPECÍFICA DE DEUS AJUDE (ANTES E DEPOIS, CONFLITOS E ALTERAÇÕES).....	33
3.1 Etnografia dos açazais e a coleta como ato de resistência no Quilombo de Deus Ajude.....	38
3.2 Bacurizais em Risco: ameaças ao território e à preservação dos saberes alimentares e medicinais.....	43
CAPÍTULO 4 – USO E PRÁTICAS COM PLANTAS MEDICINAIS E SABERES ANCESTRAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE DEUS ME AJUDE.....	50
4.2 Saberes Ancestrais e o Uso Sustentável dos Recursos Naturais no Quilombo de Deus Me Ajude.....	58
REFERÊNCIAS.....	63

CAPÍTULO 1 – TRAJETÓRIA EDUCACIONAL TRAÇADA POR: SONHOS, DIFICULDADES E RACISMO

A vida de estudante nunca foi fácil para uma pessoa preta, interiorana e, principalmente, marajoara quilombola. Aqui, trago a trajetória de educação na minha vida, José Luis, na escola, sempre me destaquei e tirei boas notas. Estudei na escola da comunidade quilombola de Deus Ajude do pré-escolar até o quinto ano do ensino fundamental I. Com 13 anos de idade, tive que ir estudar o ensino fundamental II na cidade de Salvaterra, que está localizada a 18 km de distância da comunidade de origem. O único meio de transporte ofertado para os alunos no momento foi uma bicicleta doada para cada aluno pelo prefeito da época; uma rotina que alterou todo o meu modo de vida.

Nesse sentido, destaco que eu, com meus irmãos e meu pai, saíamos às 6h da manhã para apanhar açaí e voltávamos às 10h, já com um camaleão ou um bicho-preguiça para o almoço e umas três latas de açaí para ajudar no sustento familiar. Às 10h30min, já almoçava o que tinha para comer e, em seguida, me dirigia para a cidade junto aos demais alunos da comunidade, entre os desafios, enfrentávamos a lama do inverno e a poeira e os raios solares do verão. Isso durou basicamente um ano. Depois, a prefeitura resolveu colocar uma Toyota para buscar as crianças, de Salvaterra até a comunidade quilombola de Boa Vista. Tínhamos que fazer as mesmas rotinas diárias de bicicleta até essa comunidade.

No ano seguinte, após muitas reivindicações, resolveram colocar uma Kombi para carregar os alunos das diversas comunidades desse ramal. A nossa buscava-nos até a ponte do rio Siricari, que está próxima a Deus Ajude. Em meio à lama, tínhamos que descer e ir andando por 2 km enquanto a Kombi era puxada por um trator. Todos os dias perdíamos aulas, pois tínhamos que sair às 16h para poder chegar cedo no quilombo, onde o mais cedo era chegar às 20h e o mais tarde era às 22h. Depois, tiraram as Kombis e colocaram caminhões com taipas, chamados “pau de arara”, e lá fomos juntos de outros da comunidade e de outras. Já me acompanhava meu irmão mais velho. Dentro da cidade, pulávamos do caminhão antes de chegar na escola. Tínhamos vergonha, pois todos os dias, na chegada e saída, éramos chamados por outras crianças da escola por: “seus porcos, bois” e outros apelidos pelo fato de estarmos indo de caminhão.

Durou uns 6 meses isso tudo. Fazíamos várias manifestações na casa do prefeito e do secretário de educação. Depois, colocaram um ônibus para buscar os alunos até a ponte, porém a ponte não aguentava o peso. No dia que avisaram que vinha o ônibus, todos os pais e outras pessoas da comunidade foram para a ponte esperar o ônibus. Quando chegou, todos aplaudiram (motivados de alegria) pela conquista. Nesse sentido, Girvania Silva (2012) afirma que:

O desafio que se apresenta é como fazer com que esses sujeitos acessem as políticas públicas com qualidade, com o objetivo de diminuir as desigualdades existentes nas comunidades quilombolas, já que as ações delas decorrentes dependem de um conjunto de variantes, não necessariamente em uma mesma ordem, nos mesmos lugares (Girvania Silva, 2012, p 164).

Em meio a tudo isso, estudei da quinta à sétima série com uma única calça jeans, pois meu pai não tinha condições de comprar uma nova. O dinheiro dado pelo pai para comprar lanche era de R\$ 0,50, o que dava para comprar (uma pipoca e um shopp). Sem falar que, uma vez, a sandália Havaianas já estava bem velha e rebentou na sala de aula. Fui até a secretaria da escola e pedi para colocarem um grampo e, assim, deu para ir outros dias para a escola com a mesma sandália para meu pai poder comprar outra. Meu pai fazia de tudo para que eu pudesse estudar, chegou a comprar uma coleção de livros. Isso foi motivo da primeira briga na escola, quando um aluno riscou meus livros.

Depois, os três filhos de “seu” Zé, já estávamos estudando na cidade. Então, o irmão mais velho precisou parar de estudar para poder ajudar o papai no sustento familiar. Quem fazia nossas matrículas na escola era uma prima mais velha; nosso pai tinha vergonha, talvez por não saber ler e escrever. Lourdes de Fátima Bezerra Carril (2017) afirma que: “O espaço escolar reflete a sociedade e suas contradições, sendo palco de conflitos e desigualdades múltiplas e sobrepostas” (Carril, 2017). Uma vez, já na 8ª série, exigiram a presença dos pais em uma reunião. “Seu” Zé foi. No dia seguinte, a professora perguntou: “Seus pais vieram para a reunião?”. Um dos alunos, morador do centro da cidade, disse: “O meu veio, mas ele não era aquele pretão que estava lá...? (risos)”. Eu baixei a cabeça e tive que engolir a raiva e o racismo ali calado, pois todos na turma riram.

“Seu” Zé continua investindo nos estudos de seus filhos, onde o outro mais novo também desistiu de estudar na quinta série, talvez por toda a violência sofrida pela sociedade ali presente. Assim, Girvania Silva (2012) nos diz que:

Esse é o sentimento que as falas nos apontam para que possamos pensar a educação não apenas para os sistemas oficiais e com os mesmos sistemas. Indicam ainda que temos que pensar tendo como referência também o outro(a), o eu/nós. E para isso não há um lugar do conhecimento privilegiado, ao contrário, todos os são e precisam ser valorizados, difundidos e apreendidos dentro e fora das salas de aulas. Esse seria o sentido mais real da educação emancipadora, cidadã e plural, na qual os conhecimentos adquiridos têm como função primordial a valorização da vida coletiva, portanto o eu/nós e o meio ambiente, já que é dele/nele a origem e sentido da vida (Girvania Silva, 2012, p. 167).

Continuando meus estudos e enfrentando os desafios sozinho, em 2010, fui nomeado em assembleia geral extraordinária da Associação Remanescente de Quilombolas do Povoado de Deus Ajude para assumir a presidência da entidade. Essa conquista foi resultado do meu esforço e desempenho nos estudos e junto ao movimento quilombola. Consegui terminar o ensino médio em 2011, tendo que suportar muitas dificuldades. Em 2012, me inscrevi e fui aprovado no Processo Seletivo Especial para o curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento, ofertado na Universidade Federal do Pará, no Campus de Altamira.

A vontade dos meus pais era que eu cursasse Direito, mas eu me inscrevi em Etnodesenvolvimento sem nem saber a finalidade do curso, tanto que não dei importância nem para onde seriam as aulas. No dia em que o resultado saiu, estávamos em uma reunião do movimento quilombola na minha comunidade, quando uma companheira recebeu uma ligação informando sobre a lista de aprovados. Meu nome estava lá! No momento, fiquei sem reação, sem vontade de estudar, mas também recebi muitos parabéns. Afinal, naquele momento, eu estava sendo o primeiro quilombola da comunidade a passar e superar todos os obstáculos dos estudos e ser aprovado na universidade. O que me lembra os escritos de Lourdes Carril (2017) que afirma:

A política pública representa avanços significativos na história da educação brasileira, notadamente na forma como se inseriram os afrodescendentes não somente na escola, mas na própria sociedade que, desde o final da escravidão, tentou definir um lugar de ausência e esquecimento desse segmento. Rumando ao contrário do trajeto de subalternidade e submissão às hierarquias que tanto marcam a formação social do país, o projeto de

uma educação diferenciada para as comunidades etnicamente declaradas acaba por transformar as feições sociais pelo reconhecimento amplo das identidades que fazem parte da diversidade cultural e étnica no país (Carril, 2017. P 14).

Lembro-me de quando cheguei em casa e dei a notícia para meu pai. Ele não demonstrou nenhuma reação, mas no dia seguinte foi para a cidade, como sempre fazia, de bicicleta, com vários tipos de frutos que vendia na cidade. Só retornou no final do dia, já embriagado. Durante o efeito da bebida, andou por algumas casas de seus vizinhos, falando da sua felicidade: *“Meu filho passou na universidade! Esse é meu orgulho!”*. Minha mãe, quando soube da aprovação, não queria que eu fosse estudar. Segundo ela, Altamira era longe e muito perigosa: *“Tu não vai para lá, pois tem muito índio e eles são muito perigosos!”*. Eu dizia que ia, pois já tinha passado e agora tinha que estudar.

Meu primo fez minha habilitação/matricula na universidade, no campus de Belém. A turma aprovada tinha poucos alunos e, por isso, não havia condições de funcionamento. Dos oito aprovados, sete eram indígenas e eu, quilombola. Tiveram que fazer uma nova seleção em 2013 para completar a turma e só em 2014 começamos a estudar. Uma jovem de Salvaterra, filha de pescador, também foi aprovada.

As aulas se iniciaram em janeiro de 2014. Quando já estávamos em Belém, com as malas e passagens compradas para Altamira, fomos até a Universidade Federal do Pará, campus de Belém, para buscar um documento no Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos (CIAC). Para meu desespero, meu nome e o de mais oito indígenas não constavam na lista de classificados. Alegavam que não tínhamos feito a habilitação. Por sorte, eu estava com o comprovante, porém estava assinado, mas não datado. Questionei até me direcionarem a uma senhora que, sem se identificar, me tratou com palavras que me machucaram bastante. Falei que ia procurar meus direitos e ela disse: *“Quer ir, vai, mas já te garanto que não vai conseguir. Isso não é para o seu nível!”*. Imediatamente, me dirigi à Pró-Reitoria do campus, onde protocolei um documento requerendo minha vaga e relatando o ocorrido no CIAC. Com isso, preferi não viajar.

Eu não sabia que, em Altamira, meus companheiros que já estavam lá estudando, em uma turma anterior – em sua maioria, salvaterrenses – já tinham entrado com uma ação no Ministério Público devido a esse problema com a

matrícula de indígenas e quilombolas. Em março de 2014, ganhamos a causa e a universidade teve que garantir nossas vagas no curso. Em julho do mesmo ano, iniciamos os estudos. Meu pai não tinha condições de bancar minha viagem e estadia em Altamira. Consegui contato com um amigo, pescador da Vila de Jubim, em Salvaterra, que era assessor de um deputado e conseguiu recursos para comprar minha passagem de ida. Conseguimos comprar a passagem somente até Tucuruí. A previsão de chegada era meia-noite. Eu estava preocupado, pois nunca tinha saído para além de Belém.

Ao chegar lá, desci junto com um jovem que vinha do Rio Grande do Sul, também para estudar em Altamira. Fizemos uma amizade momentânea, na qual um ajudava o outro. Às duas da manhã, uma van anunciou a ida para Belo Monte e, sem conhecer, falamos que íamos. Só quando chegou que nos informaram: *“Para chegar em Altamira, tem que ir mais duas horas de carro. Vocês não conhecem aqui, vou colocar vocês em outra van que vai deixar vocês no terminal de Altamira”*. Ao amanhecer, chegamos ao terminal rodoviário de Altamira e meu celular não completava a ligação para que eu pudesse ligar para meus amigos de Salvaterra, que já estudavam lá, para pedir o endereço. Uma jovem me abordou e disse que lá era outro código de área e, para eu fazer a ligação, teria que colocar crédito no celular. Fiz o que ela me orientou e consegui contato. Ali, eu e o outro jovem nos separamos para destinos diferentes, em uma cidade desconhecida para ambos.

Fui morar por dois meses na casa do estudante, o que não era fácil. Conviver em um único quarto com seis pessoas diferentes em tudo, mas com objetivos e situações parecidas, foi dolorido nas primeiras semanas. Longe da família e tendo que conviver com novas regras, depois tudo foi melhorando. No decorrer da graduação, vi e convivi com atos racistas e preconceituosos, tanto comigo como com outros amigos, a ponto de enchermos a faculdade de cartazes contra o racismo. Também participamos de manifestações em diferentes movimentos na cidade. Consegui ser bolsista de iniciação científica, fui membro do centro acadêmico da faculdade e, depois, ocupei a cadeira de conselheiro, na qual conseguimos articular a oferta do mesmo curso na Universidade Federal do Pará, campus de Soure. Estudei com pessoas indígenas, pescadores, extrativistas, agricultores, atingidos por barragens, membros do movimento negro, afro-religiosos, dentre outros, com os quais fiz muitas amizades.

No decorrer de todo esse processo, pude contribuir com meu povo, principalmente na desconstrução da ideia de que os povos indígenas não são pessoas boas. Aprendi a gostar das diversas culturas que conheci, inclusive morei por longos períodos na casa de uma família indígena maravilhosa, o que me mostrou que, às vezes, o que nos torna diferentes é o próprio preconceito enraizado na sociedade. Nas idas e vindas para Salvaterra, sempre contribuía com os demais companheiros nas demandas do movimento quilombola. Conseguimos algumas conquistas no município, como a inclusão da disciplina “*Educação Escolar Quilombola*” e a realização do desfile cívico das comunidades quilombolas.

Figura 01 - Desfile cívico quilombola.



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Minha graduação teve duração de quatro anos, em regime intensivo. Quando comecei a escrever meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma amiga pastora evangélica me presenteou com uma viagem para Minas Gerais, estado que eu tinha muita vontade de conhecer, e também para a favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. No entanto, no Rio de Janeiro, uma briga entre facções impossibilitou a visita à Rocinha. Mesmo assim, pude conhecer um pouco da cidade, tanto a Zona Sul quanto a Zona Norte. Durante dois meses, me dediquei à escrita do TCC e, em setembro de 2017, viajei pela primeira vez para fora do Pará. Foi uma experiência muito boa! Em janeiro de 2018, aconteceu a festa de formatura em Altamira. Em

março do mesmo ano, meu pai quis fazer uma festa para toda a comunidade e meus amigos de outros lugares, que aconteceu no centro comunitário. Compareceram muitas pessoas, afinal, era a formatura do primeiro quilombola daquela comunidade.

Figura 02 - Formatura de José Souza em Altamira.



Figura 03 - Formatura de José Souza em Deus Ajude.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2018.

Em 2019, ingressei na especialização na mesma universidade, no campus de Belém. Também comecei a prestar serviços no grupo de juventude negra quilombola Abayomi e em uma empresa na cidade de Belém. Com a chegada da pandemia, consegui concluir a especialização e, em 2020, montei, junto com outros quilombolas, um gabinete de crise da COVID-19 em Salvaterra, no qual organizamos estratégias de defesa para nosso povo. Além disso, precisamos montar barreiras de proteção nos territórios e pedir ajuda de várias entidades e amigos para suprir as necessidades da nossa comunidade.

Figura 04 - Gabinete de crise da COVID 19.



Figura 05 - Vacina da COVID 19 no território quilombola.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2021.

No decorrer do processo dessa pesquisa, meu pai adoeceu. Eu, acompanhado de meus irmãos, tive que me dividir entre as idas e vindas ao médico com meu pai e os estudos, tendo que lidar com tudo isso justamente quando descobri, em novembro de 2021, que ele estava com uma doença que vitimou a maioria das pessoas da nossa família: o câncer. Enfrentar todos os obstáculos e problemas da vida nunca tinha sido fácil durante todo o percurso, porém ter que lidar com tudo isso a partir de alguém que sempre foi o personagem principal nessa história toda não seria tarefa fácil. Mesmo assim, eu e meus irmãos, com a ajuda de nossas primas que estavam em Belém por terem sido aprovadas no Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas (PSE-IQ), fizemos diversas viagens de ida e volta a Belém por alguns meses, enquanto a situação do meu pai piorava cada vez mais.

Em julho de 2022, tivemos que internar meu pai no hospital municipal de Salvaterra para tomar algumas bolsas de sangue. No dia 19 de julho, dia do meu aniversário, o médico me chamou para dar alta ao meu pai e, mais uma vez, tive que receber a notícia de que ele teria poucos dias de vida. Ao sair com meu pai do hospital para o quilombo Deus Ajude, tive que voltar imediatamente, pois fui diagnosticado com COVID-19. Tive que ficar isolado na cidade, sem poder acompanhar os últimos dias de vida do meu pai. No dia 25 de julho, às 23h, em casa, já dormindo, recebi a visita (meu pai avisando que estava partindo) e, logo em seguida, minha prima me ligou para avisar que ele tinha acabado de falecer. Foi

quando vi que ali estava acabando um corpo e, junto com isso tudo, eu teria que aprender a viver sem a pessoa que era meu tudo em tudo que eu fazia na vida. Fomos tomados por um momento muito difícil, de ter que lidar com a partida e, mesmo assim, eu tinha que resolver todas as coisas, desde o velório até as demais situações de herança que surgiram.

Diante de tudo isso, foram momentos de discernimento, atenção e maturidade para lidar com a situação e poder continuar a conduzir meu processo educacional sem meu maior incentivador. Porém, o que me motiva cada vez mais é saber que, mesmo quando ele já estava doente, também lutava pela posse do nosso território. Isso me ajuda a não desistir de lutar por todas as coisas que nosso povo ainda precisa e é um dos pilares que me motivam a seguir cada vez mais buscando e compartilhando esses conhecimentos.

CAPÍTULO 2 – CAMINHOS DA PESQUISA: ENTRE A CURA E A TERRITORIALIDADE QUE HÁ EM MIM

2.1 O território étnico como espaço de vida e resistência: situando a comunidade quilombola de Deus Ajude

Na Terra, a destruição devastadora causada pelo homem é tão grande, chegando a pontos tão críticos, dopados por essas realidades nefastas de consumo e entretenimento, que nos desconectamos do organismo vivo do planeta (Krenak, 2020, p. 9). Em muitos casos, a ambição do agronegócio é imensa, não havendo interesse em preservar ou manter nada que não seja lucrativo de forma rápida e com bom rendimento. Daí o interesse na realização desta pesquisa e seu aprofundamento, que surgem de um olhar diferenciado.

Esse olhar se formou durante a especialização em Gestão em Sistemas Agroextrativistas para Territórios de Uso Comum na Amazônia, pelo Instituto Nacional de Agriculturas Familiares da Amazônia (INEAF/UFPA), em 2019. A partir de minhas observações e das orientações dos mais velhos da comunidade, no projeto de pesquisa “Plantas ancestrais e a pesquisa interdisciplinar em diálogo com a perspectiva antropológica”, orientado pela professora Dra. Denise Cardoso, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA-UFPA), pude perceber que as pessoas da comunidade passaram a consumir muitos medicamentos farmacológicos, deixando de lado as ervas e plantas medicinais para o tratamento de diversos tipos de doenças. As plantas ancestrais também estão desaparecendo do território, com o avanço do agronegócio desenfreado sobre os territórios quilombolas. As proibições e ameaças de fazendeiros impedem o acesso às áreas de uso comum para coleta de frutos, plantas e outros recursos.

Esta dissertação procura mostrar a importância da interlocução com os mais experientes no uso dessas plantas e a importância do território no processo de sobrevivência ancestral. Segundo os mais velhos da comunidade, hoje existem doenças no território quilombola que antes não se ouvia falar, o que se soma aos problemas crescentes nesses espaços, tornando cada vez mais difícil o modo de vida das pessoas. A interlocução com os quilombolas mais velhos tem sido fundamental para a percepção dessas problemáticas e a obtenção de resultados. Nossas observações se concentram nos enfrentamentos de nós, quilombolas desta região marajoara, contra as ameaças e perdas de território e recursos, o que pode ser um dos motivos para o uso de outros recursos para tratamentos de saúde, alimentação e sobrevivência. Para as comunidades tradicionais, o território é parte do processo de cura e energização dos seres humanos.

Figura 06 - Banho de Cheiro.



Fonte: Pesquisa de campo, 2023..

É crucial ampliar as observações e os diálogos com outros quilombolas e com aqueles que não se identificam como tal, para descrever as diversas utilidades dos territórios ancestrais. O povo necessita desses recursos naturais para a sobrevivência familiar e cultural e para o fortalecimento de suas práticas tradicionais de compartilhar, co-participar e co-gerir. Almeida (2008) afirma que, por meio do Decreto nº 6.040/2007, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). O Artigo 3º define as principais noções: “povos e comunidades tradicionais”, “territórios tradicionais” e “desenvolvimento sustentável”.

Lutamos pelos direitos quilombolas e, nessas lutas, enfrentamos os opressores para poder usufruir dos recursos deixados por nossos antepassados. Como quilombola de Deus Ajude, observo que muitas plantas e frutas medicinais e ancestrais estão em territórios cercados por fazendeiros, uma situação preocupante, pois muitos conhecimentos se perdem. Essas situações, vividas por meus irmãos, parentes e vizinhos, surgiram rapidamente, fazendo-nos enfrentar diversas dificuldades. Já passei e passamos, cotidianamente, por algumas situações que descreverei a seguir. Escrever e refletir sobre o vivido, a experiência coletiva de restrição da coleta de plantas e frutos medicinais, como açaí, bacuri, palmeiras, peixe e camarão, devido à ação arbitrária de quem se diz “dono” ou “proprietário” de terras que foram apropriadas ilegalmente, por meio de pressão e enganos, é fundamental. Uma das principais utilidades ancestrais de cura, o território, está ameaçada e cercada.

As plantas medicinais e ancestrais são parte integrante da vida das pessoas de diversas tradições. Esse conceito está ligado à forma como as pessoas veem e falam sobre essas plantas, que estão intrinsecamente ligadas aos territórios e à existência dos povos tradicionais. As práticas de cura com plantas ancestrais, além de ancestrais, são parte das estratégias de resistência em defesa do território. A utilização de espécies vegetais no tratamento de enfermidades é um dos costumes mais antigos da civilização humana. Como afirmam Ribeiro e Ponte (2019, p. 9):

Ao invés de proporcionar o desaparecimento e o total apagamento destes saberes, vistos como “atrasados” e “supersticiosos”, a presença do discurso da biomedicina nas aldeias engendrou a necessidade e a importância de se dinamizar os saberes terapêuticos, revitalizando um conhecimento ancestral sobre saúde e doença, que mesmo silenciado ao longo do tempo ainda se

mantinha vivo e pulsante na memória e práticas subterrâneas dos velhos (Ribeiro e Ponte, 2019, p. 9).

Bezerra (2019, p. 73) afirma que o uso de espécies medicinais, além de enriquecer a agrobiodiversidade de plantas em Deus Ajude, perpetua o conhecimento tradicional entre as gerações do quilombo. Essa afirmativa é comprovada pela fala da quilombola Suzana (2019): “Antigamente, a gente não se dava com remédios; era difícil remédio de farmácia para cá; meu pai usava muita planta para fazer remédio e foi com ele que aprendi a usar plantas”.

Figura 07 - Reunião das lideranças quilombolas da Regional do Marajó- MALUNGU.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2021.

A luta do movimento quilombola em Salvaterra evidencia que a demanda das comunidades pela titulação da terra garante o usufruto dos recursos com autonomia e liberdade. A maioria das comunidades quilombolas de Salvaterra está em disputa por terras e recursos naturais com fazendeiros recém-chegados e outros que exercem domínio fundiário, econômico e político. Por décadas, nós, quilombolas, lutamos pelo usufruto dos recursos e pela preservação de “ilhas de floresta”, rios, igarapés, lagos e furos. Ao longo dos anos, essas terras e recursos foram usurpados e controlados por agentes sociais privilegiados pelo Estado, enquanto os direitos de povos e comunidades tradicionais do Brasil, em especial do Marajó, são negligenciados.

O termo “comunidades” se reveste de uma conotação política, inspirada não apenas em ações partidárias e de entidades confessionais que se referem à noção de “base”. No sentido aqui enfatizado, as comunidades refletem uma dinâmica de mobilização, aproximando-se da categoria “povos” (Almeida, 2008, p. 27). Este projeto propõe um diálogo com diversos atores e moradores sobre a importância das plantas ancestrais e medicinais na vida dos quilombolas de Deus Ajude, a partir do histórico de ameaças ao território pela expansão do agronegócio.

2.2 Diário de campo

O diário de campo foi elaborado de acordo com os objetivos da minha pesquisa, buscando alcançá-los de maneira precisa. É fundamental destacar que o trabalho de campo, para nós pesquisadores, tem grande importância na escrita e no diálogo com nossos interlocutores. É uma oportunidade de aprendizado, sensibilização e superação. A exposição pessoal ao mundo concreto dos dados nos marca e demanda a criação de novos espaços para compartilhar e analisar essas experiências (Bonetti & Fleischer, 2007, p. 21).

A elaboração de perguntas durante o registro no diário de campo é crucial para o andamento da pesquisa, guiando o que queremos investigar e servindo como ferramenta de organização para a elaboração do trabalho de forma facilitada e prática. Neste trabalho, muitas das tarefas foram realizadas e relatos foram coletados por meio da participação em reuniões, rodas de conversa e entrevistas estruturadas, elaboradas de acordo com os objetivos de pesquisa.

O desenvolvimento deste trabalho se deu por meio de pesquisa qualitativa em conjunto com a comunidade objeto de estudo. Primeiramente, realizei pesquisa bibliográfica sobre o território, a qual foi fundamental para conhecer os tipos de narrativas já produzidas sobre ele, incluindo relatos sobre a manutenção e permanência dos quilombolas e suas ancestralidades. Essas narrativas, além de registros de trabalhos concluídos, são ferramentas que auxiliam as comunidades em seus processos de estudo e enfrentamento das problemáticas que vivenciam.

A interlocução com moradores mais velhos da comunidade, bem como com jovens e adultos que utilizam os recursos ancestrais existentes no território, possibilitou identificar as áreas onde se encontram as plantas ancestrais e compreender como o processo de identificação de plantas e animais com valor

terapêutico se dava pelos mais velhos. Caracterizei as plantas a partir dos conhecimentos locais, por meio de entrevistas e rodas de conversa.

Outro momento importante foi o trabalho conjunto com a comunidade para o reconhecimento dos marcos que delimitam as fronteiras entre a comunidade e outros territórios. A ideia inicial era conversar com interlocutores que detinham esse conhecimento. Convidamos a comunidade para um diálogo, no qual conhecemos melhor os marcos existentes nos limites territoriais, para que os mais jovens tomassem ciência desses conhecimentos. Essa ação visa incentivar o ativismo na busca por seus direitos como quilombolas que necessitam do território para a sobrevivência e a existência da ancestralidade presente nas matas, campos e lagos.

Busquei descrever os impactos na vida dos quilombolas a partir da chegada dos arrozais no território ancestral, analisando as dinâmicas dos conflitos com fazendeiros. Realizei buscas em órgãos públicos responsáveis por garantir a titulação e a proteção desses espaços de sobrevivência e resistência, garantindo a vida dessas pessoas. Investiguei como os conhecimentos sobre as plantas são atualizados e transmitidos aos mais jovens, respondendo à interrogação que tem sido levantada em vários territórios quilombolas de Salvaterra.

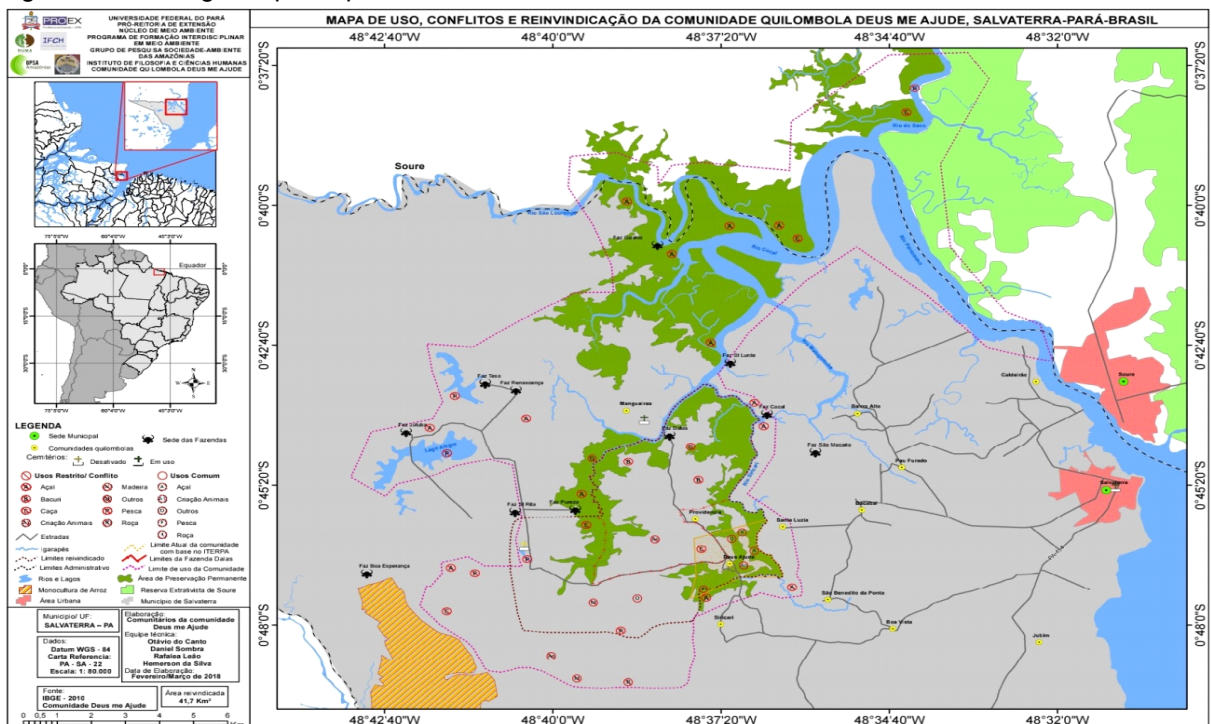
Estive com moradores da comunidade e de outras áreas, buscando entender até onde tinham livre acesso aos recursos comuns e como, com o passar do tempo, esse acesso foi proibido. A obtenção dessas narrativas, por meio de diálogos, documentos e visitas a campo, me permitiu compreender como os quilombolas, fazendeiros e órgãos públicos se relacionam em seus interesses e como lidam com os conflitos, que, na maioria das vezes, prejudicam os mais vulneráveis.

Para as famílias quilombolas, é prioridade a permanência nos territórios tradicionalmente ocupados. Ao longo dos anos, elas sobrevivem desses recursos, garantindo o usufruto para várias gerações. Esses usos vão além da alimentação extraída da mata, dos campos e dos rios. As ervas medicinais constituem um patrimônio duplo, de conhecimentos e de formas de transmissão. Os sentimentos interligados com a natureza, o sentimento de pertencimento e os vínculos com o território são essenciais. É preciso reforçar junto aos órgãos responsáveis pela demarcação territorial quilombola a importância da titulação imediata dessas terras, que hoje sofrem com a destruição, ameaças e proibições de acesso às áreas de uso comum.

Retomo o que escreve Rivera (2017, p. 104) sobre os conflitos. Para Rivera (2017), estes configuram-se na medida em que os atores externos rompem com a lógica de uso ancestral dos ecossistemas locais, como é o caso do Bertinho, que é ressaltado em todas as localidades do quilombo Bairro Alto, por diferentes pessoas, pelo conflito de terras na região do Marinquara. Esses são os eixos de conflito no campo, ocasionados pela disputa do território por povos tradicionais.

A cartografia também é um documento fundamental para a demarcação dos territórios tradicionais. Na maioria dos territórios quilombolas da Amazônia, ela surge por meio da Nova Cartografia Social da Amazônia, que ganha força com o “Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação”, o qual destaca diversas situações sociais e experiências de organização de quilombolas, pescadores, extrativistas, ribeirinhos e moradores de cidades (Boletim Informativo, 2014).

Figura 08 - Cartografia participativa social

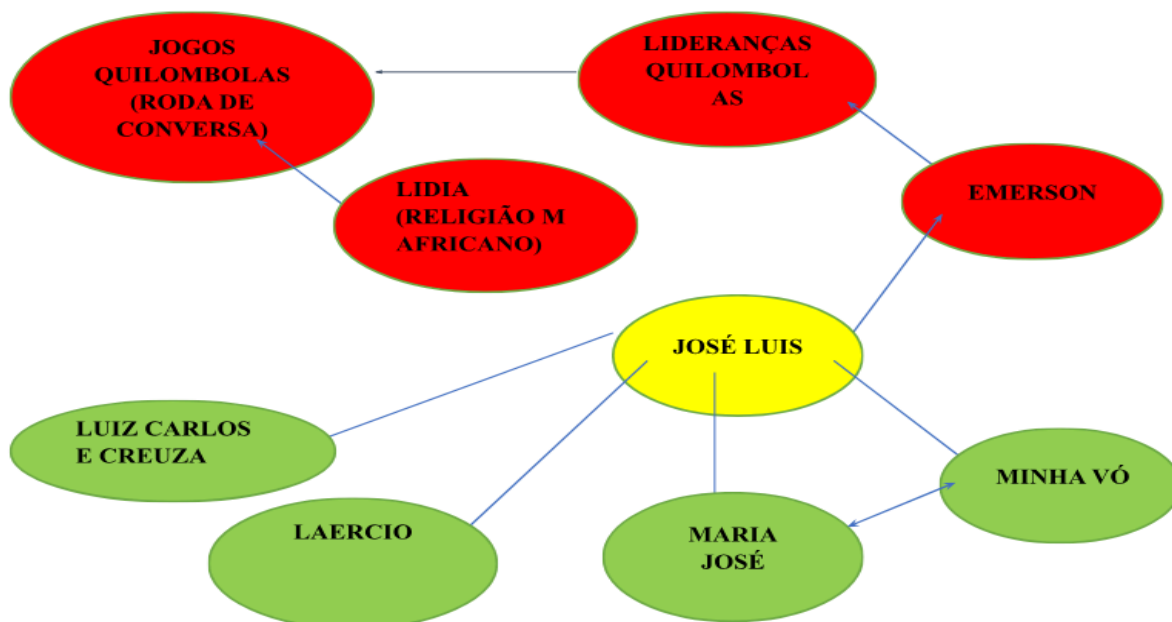


Fonte: Associação Deus Ajude, 2018.

A cartografia pode ser considerada uma linguagem universal, pois utiliza símbolos compreensíveis por todos, com um mínimo de entendimento. De característica visual, submete-se às leis fisiológicas da percepção da imagem para comunicar e transmitir uma ideia (Silva, 2017, p. 12). A cartografia social

participativa, feita com a participação dos quilombolas de Deus Ajude, revela pontos importantes para o avanço dos processos de titulação do território e destaca os territórios de uso comum, que estão sob constante conflito com fazendeiros.

Figura 09 -



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A construção da rede social demonstrada aqui foi muito relevante para mim, pois possibilitou o diálogo com outros quilombolas que fazem parte deste trabalho de pesquisa. Essa rede foi criada a partir da roda de conversa realizada durante os Jogos de Identidade Quilombola e Valorização do Dia da Consciência Negra de 2022, evento organizado e realizado pelas comunidades quilombolas de Salvaterra, Cachoeira do Arari e Ponta de Pedras, que ocorreu de 17 a 20 de novembro na comunidade quilombola de Deus Ajude, em Salvaterra-PA.

De 17 a 20 de novembro de 2022, aconteceu na comunidade quilombola de Deus Ajude a 18ª edição dos Jogos em Valorização do Dia da Consciência Negra e Identidade Quilombola. O evento foi organizado pelas comunidades quilombolas de Salvaterra, com a participação de comunidades quilombolas do município de Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari.

Figura 10 - Jogos Quilombolas 2022.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

No dia 18, às 9h da manhã, dentro da programação, estava prevista a roda de conversa sobre plantas medicinais e ancestrais. Diversas pessoas de diferentes locais estavam presentes, contribuindo com seus conhecimentos. Muitas doaram mudas de plantas para serem utilizadas durante a atividade, inclusive para o preparo do banho de cheiro que marcou o momento. A roda de conversa foi iniciada por mim, organizador do evento, com a colaboração de Bianca Barbosa e Lídia Paraense.

Figura 11 - Roda de conversa no jogos quilombolas 2022



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

2.3 Interlocutor da pesquisa

Uma das minhas interlocutoras da pesquisa é a professora Lídia Paraense, mulher, mãe, pedagoga, quilombola, pertencente à religião de matriz africana e filha da pajé, já falecida, Tia Amélia. Lídia herdou os dons da pajelança e hoje procura manter viva essa herança. Moradora da comunidade quilombola de Boa Vista, atende também moradores de outras comunidades que a procuram por ajuda. É uma pessoa dedicada às lutas sociais, principalmente em relação ao respeito à diversidade e à luta contra a intolerância religiosa. Essa senhora de 54 anos possui uma trajetória histórica marcada pelos rastros do racismo. Atuante no movimento quilombola de Salvaterra e no movimento de terreiro da cidade de Soure, é professora dos anos iniciais na escola do seu território. Lídia contribuiu com o nosso momento falando da importância das plantas medicinais em sua vida e de como sua família passou a utilizá-las e a respeitar todos os momentos de uso: *A ancestralidade e o modo como nós usamos as plantas são saberes que perpassam de geração a geração. Muito do que sei, aprendi com minha mãe, que aprendeu com outros.*

A fala da liderança Cristiane Leal, da comunidade quilombola de Salvar, em Salvaterra, também corrobora a importância do resgate e da valorização dos saberes tradicionais:

Esse momento é muito importante para mim e confesso a vocês que passei por um processo muito dolorido na minha vida, que foi praticamente abandonar meu dom, devido ao meu filho George Lucas ter se tornado pastor da igreja evangélica. Então, eu tive que abandonar tudo. Mas hoje, graças a Deus, com a inserção dele no movimento quilombola, ele sofreu muita perseguição dentro da igreja, mas conseguiu fazer o enfrentamento e me deu força para que eu resgatasse aquilo que eu tinha. Confesso hoje para vocês que, para mim, foi como um momento de liberdade, é como se eu vivesse presa e, graças a Deus, estou novamente no processo de preparação do dom que Deus me deu, para que, quem precisar de algum tipo de ajuda que estiver ao meu alcance, eu esteja pronta para ajudar, fazendo aquilo que Deus me deu de graça (Cristiane Leal, líder da comunidade quilombola de Salvar, Salvaterra).

Figura 12 - Exposição de plantas medicinais e ancestrais



Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

CAPÍTULO 3 – HISTÓRIA DA TERRITORIALIDADE ESPECÍFICA DE DEUS AJUDE (ANTES E DEPOIS, CONFLITOS E ALTERAÇÕES)

Este artigo tem como objetivo apresentar e analisar as espécies de plantas conhecidas localmente como medicinais e ancestrais na comunidade quilombola de Deus Ajude, na Ilha do Marajó, Pará. A partir disso, proponho ações voltadas à comunidade, como a criação de um catálogo com fotos de plantas medicinais, contendo nomes populares, científicos e indicações de uso, e a criação de um canteiro medicinal com as espécies inventariadas.

Com ocupação histórica que remonta ao século XIX (Cardoso, Schmitz & Mota, 2010), Deus Ajude está localizada a 18 km da sede do município de Salvaterra (PA). Com cerca de 60 casas e uma população de 300 moradores, suas principais fontes de subsistência são o plantio de mandioca, a roça de abacaxi, a pesca artesanal, a caça e o extrativismo de açaí e bacuri. Neste estudo sobre Deus Ajude, partimos da noção de territorialidade específica etnicamente construída, proposta por Almeida (2008, p. 29):

Nomear as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados. As “territorialidades específicas” de que tratarei adiante podem ser consideradas, portanto, como resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território (Almeida, 2008, p. 29).

Os vínculos históricos de pertencimento com o território singularizam as territorialidades específicas etnicamente construídas. Com base nas narrativas dos entrevistados, revela-se a importância das lutas em defesa desses territórios, identificando as pessoas e suas ações ao longo do tempo.

A comunidade de Deus Ajude provavelmente tem origem no século XVIII, quando o Marajó era habitado pelos povos Aruã, mas já com a presença marcante dos colonizadores portugueses e dos escravizados. Nos relatos sobre a comunidade, fala-se com admiração do Alferes Luiz Antônio de Souza, um homem negro que foi escravizado. Após fugir da Fazenda Marajó, organizada com base no trabalho escravo e localizada no que hoje é a cidade de Soure, alistou-se em forças do Estado e conquistou a patente de alferes. Posteriormente, estabeleceu-se nas imediações do rio Mãe de Deus, iniciando a criação de gado e outros animais.

Figura 13 - Antigos moradores da comunidade quilombola Deus Ajude



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Assim, o alferes Luís Antônio de Souza, antepassado mais remoto das famílias de Deus Me Ajude, continua vivo na memória dos anciãos. Relatos indicam que ele era corpulento e tinha bigodes enrolados, sendo respeitado na região por sua valentia, em especial por domar cavalos e por ter “comprado a patente de Alferes”.

Narra-se ainda que, às margens do rio Mãe de Deus, próximo de onde vivia o alferes, havia uma aldeia Aruã. Com o tempo, ele se uniu a uma indígena dessa aldeia, com quem teve alguns filhos e adquiriu outros terrenos. Além dessa esposa, teve outras três: uma chamada Honorata Toloza Bandeira e duas que moravam em comunidades vizinhas. Luís Antônio de Souza doou terras para suas companheiras e filhos, onde hoje se localizam os quilombos de Deus Me Ajude, Mangueiras e Providência.

Os filhos de Luís Antônio cresceram, formaram suas próprias famílias e, após o falecimento do pai, herdaram todos os bens. Um deles, Tiago Bandeira, abriu uma pequena taberna para sustentar a família, complementando sua renda com a pesca e a agricultura. A taberna, chamada “Deus Me Ajude”, era frequentada pelos moradores dos vilarejos próximos e tornou-se um ponto de referência do lugar, que, mais tarde, passou a ser conhecido como Deus Me Ajude. Os nomes “Deus Me Ajude” e “Deus Ajude” são usados com frequência. O primeiro consta em escritura pública da terra registrada em 1914.

Figura 14 - Carmem Maria, 86 anos de idade, pessoa mais velha da comunidade Deus Me Ajude.



Fonte: Autor, 2019.

Em 1999, uma equipe do Programa Raízes iniciou debates sobre comunidades remanescentes de quilombolas na Ilha de Marajó. O programa articulava projetos para comunidades tradicionais do estado do Pará, e suas ações eram embasadas no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que estabelece que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988).

Figura 15 - Crianças e animais em convívio na comunidade Deus Me Ajude.



Fonte: Autor, 2019.

Em 2003, foi iniciado um estudo antropológico coordenado pela Profa. Dra. Rosa Acevedo Marin. O estudo, com duração de dois anos, resultou em um Relatório Histórico Antropológico sobre a comunidade Deus Me Ajude. Os trabalhos de pesquisa contaram com a participação de moradores da comunidade, que narraram sua história, semelhante à que apresento aqui. Com base na trajetória histórica, na forma de organização social mantida até os dias atuais e, especialmente, na autoidentificação como quilombolas, confirmou-se essa identidade. Tal como definido no Decreto 4.887/2003, em que o Art. 2º define que:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Brasil, 2003).

De acordo com o estudo realizado por Rosa Acevedo Marin (2009), em 2005 viviam 29 famílias em Deus Ajude. Em minha pesquisa de graduação (Souza, 2014), observei as mudanças sociodemográficas ocorridas em um lapso de dez anos, naquele período, a comunidade tinha um total de 171 habitantes, sendo 26 meninas, 27 meninos, 59 mulheres (jovens, adultas e idosas) e 59 homens (jovens, adultos e idosos), com idade entre 0 e 85 anos.

Durante a pesquisa de graduação, constatei que a comunidade estava em crescimento populacional, tendo praticamente dobrado o número de famílias, que passou para 52. Essas famílias fazem uso de uma área biodiversa, composta por árvores frutíferas, madeiras, ervas medicinais, cipós para artesanato, junco, peixes e outros recursos. Em entrevista com a Agente Comunitária de Saúde (ACS), durante a pesquisa, o número de famílias havia crescido ainda mais, passando para 67, com pouco mais de 350 pessoas residindo no território.

No período da pesquisa de graduação (2014-2018), muitas famílias dependiam dos recursos naturais para sua subsistência. Destas, 97% complementavam a renda oriunda desses recursos com programas do Governo Federal, enquanto 3% eram aposentados ou funcionários públicos. Devido ao desmatamento ocasionado pelo agronegócio, o bacurizal praticamente desapareceu. Muitas árvores foram derrubadas em uma prática chamada “tombada à corrente”, que utiliza tratores e correntes de aço para arrancar a vegetação. Também foi retirada uma grande área de tucumanzeiros, que forneciam frutos, palmeiras e

outros recursos, justamente onde as pessoas faziam a coleta para o sustento familiar. Com isso, o número de pessoas que passaram a depender basicamente de benefícios do governo federal e estadual aumentou significativamente. Além disso, o nível da temperatura também cresceu, fazendo com que as pessoas, no período de verão (agosto a dezembro), permanecessem em suas casas com ventiladores e outros equipamentos ligados, pois até as paredes das casas começaram a ficar muito quentes.

Figura 16 - Crianças brincando na comunidade quilombola de Deus Ajude



Fonte: Autor, 2020.

O território tradicionalmente ocupado pela comunidade de Deus Me Ajude não se restringe à extensão de 453,4695 hectares, pois terras e recursos foram recortados pelas fazendas que se instalaram nas fronteiras e representam ameaças concretas. Essa ameaça se deve às proibições impostas pelos agentes de segurança das fazendas, que impedem a navegação por igarapés e rios, além da circulação nas fronteiras dos territórios.

O uso comum dos recursos implica tanto o usufruto quanto o controle pelos quilombolas, de maneira a evitar formas de uso devastadoras, destruição e retiradas indevidas dos bens da natureza (Almeida, 2008, p. 28). Tais formas de uso comum,

explica Almeida (2008), designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Os quilombolas articulam-se entre si para o fortalecimento e cumprimento de normas consensuais; vivem da terra e da floresta e tornam-se guardiões da natureza contra a ação humana

3.1 Etnografia dos açazais e a coleta como ato de resistência no Quilombo de Deus Ajude

Os açazais constituem extensos aglomerados da palmeira açáí (*Euterpe oleracea* Mart), que se localizam tanto na terra quilombola quanto em áreas mais afastadas. Todos os quilombolas dessa região do Marajó os concebem como domínio comum. A espécie é encontrada principalmente nas chamadas várzeas. Os fazendeiros, por sua vez, consideram que, por se localizarem às margens dos rios e igarapés que cortam suas propriedades, as palmeiras fazem parte delas, e identificam os quilombolas como invasores ou ladrões.

No dia 3 de novembro de 2019, acompanhei meus irmãos Toninho e Soferro na coleta de açáí. Tudo começou à uma hora da madrugada, quando nossa mãe se levantou para preparar a comida e o café que levaríamos. Como as áreas de coleta são mais distantes, tivemos que sair de casa às duas horas da madrugada. Seguimos caminhando até o porto chamado “Igarapezinho”, pegamos a canoa, colocamos os materiais e seguimos viagem pelo rio, com Toninho no comando do motor de rabeta. Enquanto isso, meu irmão mais novo focava com uma lanterna a noite escura para que não encontrássemos outras canoas ou animais no rio.

A viagem é longa e logo saímos no rio Siricari, que corta parte da comunidade quilombola de mesmo nome. Os moradores o batizaram assim por ser o divisor entre Deus Me Ajude e Siricari. Logo entramos no rio chamado Estirão. Ainda era madrugada escura quando passamos em frente às fazendas Santa Lourdes e Cocal. Em seguida, entramos no rio Mangueiras. Navegamos por mais meia hora e entramos no “furo do Jamaru”, seguimos na direção do rio São Lourenço e logo entramos no “furo das Cutias”, saindo novamente no rio São Lourenço.

Os furos são pequenos braços de igarapé por onde passam as pequenas embarcações. Segundo Toninho, eles servem como atalhos para cortar distâncias e,

em alguns casos, para evitar locais proibidos ou de risco. Por volta das quatro horas da madrugada, com a lanterna apagada e o motor desligado, atravessamos para o outro lado do rio, em frente às fazendas São Lourenço e Gavino. Ao passarmos por essas fazendas, entramos num braço estreito de igarapé chamado Surucucu, que termina em meio aos manguezais, ficando cada vez mais estreito. Nesse trecho, cabe apenas uma canoa pequena.

A entrada neste igarapé é necessária para que possamos dormir no banco da canoa e esperar o amanhecer para então adentrarmos a área onde faremos a coleta do açaí. Nesse local, meu irmão Soferro pede que eu passe querosene no corpo para evitar os maruins (conhecidos como mosquitos-pólvora). Esses insetos são encontrados em qualquer habitat aquático ou semi aquático em todo o mundo.

Mal acomodados, às seis horas da manhã acordamos, tomamos café e guardamos os materiais dentro da canoa, antes de subirmos para o mato onde fica o açcaizal. Meus irmãos me explicam as regras: o que posso e o que não posso fazer. A primeira é não fazer barulho; a segunda, me manter perto deles e não me dispersar. A razão é que estávamos próximos dos retiros chamados Cachoeira e Partazana, que *“estão sempre cheios de seguranças contratados pelas fazendas Gavino e Santo André”*. Pergunto o que eles podem fazer se nos virem ali. Toninho diz que *“eles tomam todo o açaí, ameaçam e mandam a gente sair do mato”*, e afirma que *“já aconteceu várias vezes com outras pessoas. Os vigilantes, além de jogarem o açaí na água, ameaçaram-nas com armas em punho”*.

Após as orientações, seguimos para o mato, que é cheio de espinhos de marajá. Tínhamos que ir de bota, calça comprida e camisa de manga comprida. Ao entrar, percebo que há muito açaí no local, talvez pela infrequência das pessoas, que temem os seguranças.

Silenciosamente, começamos a coleta do açaí. Meus irmãos me mandaram colocar os cachos em determinado local para depois *debulharmos*. Ainda era cedo, e por volta das nove horas da manhã já tínhamos coletado nove sacos de açaí, o equivalente a 18 latas. Precisávamos encher os sacos restantes. Continuamos a coleta e, ao finalizá-la, embarcamos tudo na canoa. Silenciosamente, remando com a canoa cheia de açaí, atravessamos o rio e entramos em outro igarapé. Em determinado trecho, encontramos, cheios de medo, nosso tio e nosso primo. Eles perguntaram se eu não estava com medo. Eu respondi rapidamente que não e que,

se os seguranças nos pegassem, eu explicaria a eles algumas coisas sobre nossos direitos, especialmente o significado de “livre acesso”. Rivera (2017, p. 104) realizou um estudo na comunidade quilombola de Bairro Alto, próxima de Deus Me Ajude, e explica que:

As áreas em que o açaí se desenvolve são de livre acesso a todos, pois este cresce na várzea, à margem do rio, território da Marinha. Mas, na prática, não é isso que ocorre. Diversos são os impedimentos que a comunidade enfrenta, principalmente com fazendeiros, para a obtenção deste fruto (Rivera, 2017).

Rivera (2017) também explica que, na região denominada São Lourenço, os fazendeiros começaram a arrendar as terras de várzea e a beira dos rios para coletores de fora, impedindo as comunidades do entorno de coletarem o açaí. Há um consenso de que essas terras são da Marinha e, portanto, esse impedimento é ilegal (Rivera, 2017, p. 105).

Continuamos coletando açaí e, às onze horas, enchemos o resto dos sacos. Saímos do igarapé remando a canoa. Mais adiante, encontramos novamente meu tio e meu primo almoçando café com bolacha. Paramos para almoçar e oferecer um pouco do nosso almoço a eles. Após o almoço, sugeri que colocássemos folhas de açaí sobre os sacos para que o açaí não molhasse. Assustado, Toninho logo reage, dizendo para não fazer isso, pois passaríamos em frente à fazenda e eles poderiam vir atrás de nós, pensando que estávamos levando algo roubado. Eu o desafio e coloco as folhas, pois o açaí poderia molhar e, se molhasse, perderia valor no mercado. Ao ligarmos os motores de volta para casa, às treze horas, navegamos com as canoas próximas uma da outra, como forma de proteção. Quando passamos em frente à fazenda, dois seguranças se puseram em cima da ponte, mas, como estávamos rápidos e éramos um grupo de cinco pessoas, eles não reagiram. Seguimos viagem. Às quinze horas e trinta minutos, antes de chegarmos ao porto da comunidade quilombola Santa Luzia, ligamos para minha mãe para que ela avisasse o comprador do açaí.

Ao chegarmos, cansados e já sem medo, desembarcamos o açaí da canoa. No entanto, como a coleta do fruto ocorre todos os dias, enquanto desembarcávamos as latas, meus familiares já começavam a planejar o dia seguinte. Rapidamente, o comprador chega, confere as sacas e diz: “Ah, que bom que hoje vocês não deixaram o açaí molhar, né, Júlio?”. Júlio responde: “Não,

porque hoje estava conosco meu sobrinho, que conhece a lei, e ele disse que iria cobrir o açáí. Se os seguranças viessem falar algo, ele ia falar com eles sobre nossos direitos”.

Figura 17 - Canoa utilizada na coleta de açáí pelos interlocutores do trabalho.



Fonte: Autor, 2020.

O comprador, surpreso, comenta: *“Muito bem, assim dá até mais segurança para vocês, né?”*. Ele pagou o açáí e seguimos viagem até o porto do Igarapezinho, onde ficam as canoas. Ao saltar no porto, encontramos nossa mãe, que disse: *“Vim trazer a bicicleta para levarem o motor, já são quase cinco horas da tarde”*. Cansados e com fome, seguimos para casa a pé. Ao chegarmos, já começamos a organizar o dia seguinte. A rotina seria a mesma: realizar a coleta clandestina dos frutos e evitar o encontro com os vigilantes.

Mais uma vez, acompanhei meus irmãos, que pareciam sentir-se mais seguros. Meus dois primos também foram conosco. No total, três canoas foram coletar açáí. Quando chegamos ao local, cada canoa seguiu para um igarapé diferente. Marcamos um horário para nos encontrarmos e almoçarmos juntos em novos igarapés, bem mais próximos dos seguranças. Esse fato nos fez coletar o açáí mais rápido, pois havia muito açáí no local, porém o silêncio era redobrado. Ao retornarmos ao local marcado, com as sacas cheias, decidimos almoçar mais adiante. Como o vento estava forte, causando muita maresia, todos decidiram cobrir o açáí. Após cobrirmos tudo, seguimos viagem. Ao passar na frente da fazenda, não

havia seguranças na ponte. Ao chegar no porto, o comprador estava no local e, rindo, falou: *“Parece que vocês perderam o medo”*. Todos, felizes, começaram a sorrir. Então, meu irmão Toninho fala: *“Amanhã eu quero ver se o Deco não vem!”*. Meu tio Júlio disse: *“Mas nós vamos com Deus”*. Mesmo assim, todos sorrindo, seguimos para casa. No porto, novamente, minha mãe estava à nossa espera.

Ao chegar em casa, perguntei para meu pai, José Luiz Alcântara, que tinha 67 anos, como era antigamente para eles coletarem açaí onde hoje os fazendeiros dizem que é deles. Ele me respondeu: *“Antigamente, nós íamos de canoa, remando. Saíamos de madrugada e passamos o dia por essas fazendas, mas não havia nenhuma dessas proibições. Talvez porque, naquela época, os donos fossem outros”*.

Continuamos a conversar e eu perguntei sobre a relação das comunidades com as pessoas que trabalhavam nessas fazendas. *“O que mudou nesses territórios que são a base da manutenção e reprodução da comunidade?”*, indaguei. Relembrei o que escreve Rivera sobre os conflitos:

Eles se configuram na medida em que os atores externos rompem com a lógica de uso ancestral dos ecossistemas locais, como é o caso do Bertinho, que é ressaltado em todas as localidades do quilombo Bairro Alto, por diferentes pessoas, pelo conflito de terras na região do Marinquara e quanto à forma com que este pesca com redes (Rivera, 2017, p. 104).

O relato explicita que as mudanças ocorrem rotineiramente. Naquele tempo, muitos dos que trabalhavam nas fazendas eram pessoas boas, que jogavam bola conosco, e tínhamos até parentes nossos que trabalhavam nessas fazendas. Mas era tudo muito diferente, não tinha essas ambições que existem hoje. Naquela época, nem sabíamos que éramos quilombolas, muito menos sobre nossos direitos. Essas regiões, antes de acesso livre para a comunidade, hoje são de uso particular, impedindo que os quilombolas usufruam dos recursos naturais existentes. *“Também havia muita fartura e ninguém escasseia”*, ou seja, eles faziam as coletas de forma livre (Rivera, 2017, p. 100).

Como morador, observo que essas mudanças e proibições começaram com as vendas das fazendas para outras pessoas. Isso mudou o quadro de empregados, que passaram a ter visões capitalistas, com muita ambição pelas áreas de açaí. Muitos deles usam esse recurso como forma de pagamento de férias para os empregados. O açaí também tem um preço bem cotado no mercado.

Ressalta-se que essas margens de rios com abundância de açaí são usadas pelos moradores das comunidades quilombolas Deus Me Ajude, Providência, Siricari, Santa Luzia, Pau Furado, Bairro Alto, Mangueiras e Salvar. Todas passam pelo mesmo processo para fazer a coleta, não somente do açaí, mas também de outros recursos encontrados nessas terras. Salienta-se também que os mais jovens, com medo, preferem trabalhar como 'peconheiros' (apanhadores de açaí) para os seguranças contratados pelos fazendeiros. Esses agentes pagam um preço mínimo por cada lata de açaí.

A demanda por açaí está grande e os fazendeiros da fazenda São Lourenço passaram a arrendar as áreas de várzea com açaí e vivem ameaçando, atirando, coibindo, apreendendo canoas e ferramentas de quem deseja colher esse fruto sem autorização prévia dos supostos proprietários (Rivera, 2017, p. 102).

Todo ano, durante a safra de açaí, as áreas próximas da comunidade têm poucos frutos (cachos) e os apanhadores profissionais costumam deixar para os adolescentes, os mais velhos e as mulheres a coleta nessas áreas, talvez pelo medo de se dirigir aos açazais mais distantes, onde os riscos de insegurança são maiores.

Durante a safra do açaí, as famílias de Deus Me Ajude encontram uma forma de sustento, seja a colheita feita de forma livre ou clandestina, como descrito antes. A safra de diversas espécies alimentícias ocorre com flutuação anual. Os meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março, com menor diversidade de frutas, correspondem ao denominado inverno amazônico, com grande quantidade de chuvas. A maior riqueza de alimentos disponíveis verifica-se nos meses de junho e julho, época de verão, com poucas chuvas. Esses períodos de obtenção de alimentos podem se alterar, a depender do ano, microclima, manejo, entre outras variáveis (Rivera, 2017, p. 78, 108).

3.2 Bacurizais em Risco: ameaças ao território e à preservação dos saberes alimentares e medicinais

O bacuri (*Platonia insignis*) é uma fruta amazônica com formato arredondado, que pode ser encontrada em cores variadas. Quando não maduros, os frutos são verdes; quando maduros, prontos para consumo, ficam amarelos, embora alguns permaneçam verdes. Essa fruta é bastante apreciada na culinária, sendo utilizada em diversos doces e sucos. Também tem fácil venda. Vale destacar que os

bacurizais são áreas que se desenvolvem naturalmente, sem a necessidade de intervenção humana para o seu crescimento.

Figura 18 - Croqui das comunidades Deus Ajude e Providencia.



Fonte: Autor, 2019

Croqui das comunidades Deus Me Ajude e Providência: Observa-se no ramal as mangueiras e as ruas dentro das comunidades. Área de uso comum: pedregulho e Bacaba. Nesses locais, são coletados bacuri e muitas outras frutas. Área de várzeas. Ponte sobre o Rio Siricari, fazenda Dallas cercando as duas comunidades quilombolas. Marco limite que separa as duas comunidades. Todavia, na coleta de bacuri fora da comunidade de Deus Me Ajude, há interferência do dono da fazenda e seus seguranças, que estabelecem proibições. O sistema de contrato de vigilantes visa proibir a entrada dos quilombolas nas áreas de bacuri. No passado, o acesso ao bacurizal era livre, segundo relatos dos mais velhos de Deus Me Ajude e Providência.

Na comunidade de Deus Me Ajude, há um bacurizal que faz divisa com a comunidade quilombola de Providência. Essa área, além de possuir grande quantidade de árvores de bacuri, possui outras árvores frutíferas. Adolescentes e mulheres, seguindo o mesmo padrão da coleta do açaí, se dirigem para lá para coletar os frutos. Por estar localizada próximo à comunidade, não há proibições nem riscos. Muitos pais compram os materiais escolares para seus filhos com a venda da safra do bacuri. A coleta é feita por pais e filhos, sendo, portanto, uma atividade com forte envolvimento familiar, que começa na coleta e vai até o despulpamento da fruta.

Figura 19 - Travessia clandestina nas áreas de bacurizal da fazenda Dallas.



Fonte: Autor, 2020.

Os quilombolas entram na área de forma clandestina, geralmente quando não há vigilantes por perto. Em muitos casos, a entrada ocorre à noite, e é nesses momentos que acontece a “trovoada”, como é chamado o processo de subir nas árvores e derrubar os bacuris ainda verdes, o que vem prejudicando a produção ano após ano (Rivera, 2017, p. 102).

No dia 30 de janeiro de 2020, decidi coletar bacuri. Havia ouvido e observado que muitas pessoas estavam amedrontadas com as proibições impostas pelos

arrendatários, que impediam os quilombolas de adentrar os bacurizais próximos à fazenda Dallas. Às treze horas, após o almoço, peguei minha moto e, equipado, fui coletar bacuri. Percorri o mesmo caminho usado pelas pessoas de Deus Me Ajude e Providência, esta última localizada bem próxima à fazenda. Chama atenção a maneira como temos que acessar essas árvores frutíferas. Se elas são doação da natureza, não cultivadas, por que temos que entrar escondidos para coletar os frutos?

Figura 20 - Entrada clandestina na cerca da fazenda Dallas.



Fonte: Autor, 2020.

Ao chegar próximo à cerca, tive que esconder a moto em uma ilha de vegetação para que não fosse vista pelos vigilantes que fazem rondas na área. Essas rondas têm o propósito de amedrontar as pessoas. Com coragem, resolvi passar pela cerca com um saco na mão. Silenciosamente, cheguei à beira do campo onde estão localizados os bacurizeiros. Observei que um dos vigilantes estava deitado no chão, embaixo da barraca, bem na entrada da área. Segui até ele e disse que ia coletar bacuri. Ele respondeu rapidamente: “Eu não estou dando bacuri, e o arrendatário está coletando aí”. Enquanto eu falava com o jovem vigilante, chegou o

arrendatário, que, ao me ver, perguntou: “Com que ordem você está coletando bacuri aqui?”. Nervoso, respondi: “Tem que ter ordem de alguém?”. O arrendatário respondeu: “Você, assim como os outros, sabe que aqui está arrendado e não pode coletar bacuri aqui, pois eu paguei R\$ 2.000,00 ao feitor da fazenda como pagamento das férias dele”.

Figura 21 - Área de bacurizal da Fazenda Dallas.



Fonte: Autor, 2020.

Geralmente, os fazendeiros usam esse esquema de arrendamento para se beneficiar, pois aproveitam para privatizar um recurso que nunca cuidaram. Por isso, questionei o arrendatário sobre nossos direitos como quilombolas: “*Nós lutamos há tanto tempo para ter a liberdade de usufruir de tudo o que nos foi tirado!*”. Afirmei ainda que era inaceitável que ele, como quilombola, proibisse outros quilombolas de coletar bacuri. Rapidamente, ele reconheceu que estava errado e liberou a coleta. No dia seguinte, comentou na comunidade que todos podiam coletar bacuri na fazenda.

No início do século XX, quando a fazenda se chamava “Nazaré” e era propriedade do Alferes Luiz Antônio de Souza, meu bisavô, ocorreu a venda da

terra, e, aparentemente, o novo fazendeiro manteve “boa relação” com a comunidade, especialmente com as pessoas da família do alferes.

A partir de 2005, começaram as disputas territoriais, devido à expansão das cercas elétricas pelos fazendeiros, confrontando as comunidades quilombolas e impedindo o acesso a áreas de coleta de frutos e outros recursos que garantem a vida dos quilombolas. “No quilombo Bairro Alto, são utilizados os termos ‘confinamento’, ‘cercamento’ e ‘impedimentos’ para designar a situação atual relacionada ao acesso a áreas tradicionalmente utilizadas” (Rivera, 2017, p. 103). As cercas elétricas impedem as pessoas de entrar em terras com açáí, bacuri e outras frutas. Além disso, o período das safras coincide com o dos arrendamentos, aumentando os conflitos agrários e sociais.

Figura 22 - Cerca elétrica da fazenda Dallas.



Fonte: Autor, 2020.

No território da comunidade, encontramos várias árvores frutíferas, onde a coleta é realizada de forma livre, principalmente por mulheres, crianças e adolescentes. Aqui prevalece o sistema de uso comum, com respeito às normas e regras consensuais estabelecidas e respeitadas por todos. Os mais velhos orientam os mais novos. Assim, as pessoas podem usufruir não apenas do bacuri, mas de vários recursos. Como escreve Rivera (2017, p. 111): “A questão aqui reside na

própria prática cultural de reprodução social desta comunidade. Dificilmente se observa casas e roçados com cercas. O trânsito é livre para todos, não havendo limite onde acaba um quintal e começa o do vizinho”.

Nessas áreas, é frequente encontrar bacaba e bacuri, mas também encontramos outros tipos de plantas e ervas medicinais. As pessoas as utilizam para caçar e criar animais de forma livre. Os quilombolas se respeitam mutuamente. O uso comum também é explícito na faixa que divide as comunidades Deus Me Ajude e Providência, que possui diversas frutas, além de bacuri, bacaba, açaí, tucumã e ervas medicinais, conhecidas por todos. Outros recursos se encontram no “capoeirão”, nome dado no passado pelos mais velhos. Essa faixa de terra já teve grande quantidade de roças de ambas as comunidades, com todos mantendo o respeito e o reconhecimento do direito de usufruto e cuidado.

CAPÍTULO 4 – USO E PRÁTICAS COM PLANTAS MEDICINAIS E SABERES ANCESTRAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE DEUS ME AJUDE

Busca-se, com isso, favorecer a reprodução dos conhecimentos ligados ao uso de plantas medicinais. Com a criação de canteiros, a própria comunidade passará a dar valor diferenciado ao que já se conhece e buscará reconhecer suas plantas, seu uso e sua origem, não precisando se deslocar ao centro da cidade para obtê-las.

Alguns tipos de plantas são utilizados em práticas populares e tradicionais de atenção à saúde, como remédios caseiros, processo conhecido como Sistema Tradicional de Atenção à Saúde (Ibañez-Novion, 1977). Além desse acervo genético, o Brasil é detentor de rica diversidade cultural e étnica que resultou em acúmulo considerável de conhecimentos tradicionais, passados de geração a geração, entre os quais se destaca um vasto acervo de saberes sobre o manejo e uso de plantas medicinais.

Figura 23 - Arruda.



Figura 24 - Anador e Espada de Joana D'arc.



Fonte: Autor, 2022.

4.1 Importância dos Canteiros de Plantas Medicinais como Ferramenta de Resistência Cultural

Há referências históricas do uso de espécies de plantas para fins terapêuticos, em grande parte associados a dimensões religiosas, como é o caso da medicina egípcia e de outras civilizações antigas (Cunha, 1988). De modo geral, essas ervas são utilizadas em grande escala no Brasil. Segundo Cunha (1988), as

sociedades detêm diversificados saberes sobre métodos de cura de doenças por meio de formas alternativas. Para Bermúdez et al. (2005), as plantas são um dos recursos mais utilizados em países em desenvolvimento. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que cerca de 80% da população mundial faz uso frequente do Sistema Tradicional de Atenção à Saúde (Bermúdez et al., 2005). É a própria OMS quem define a categoria “planta medicinal”: “Qualquer espécie vegetal que contém substâncias que podem ser empregadas para fins terapêuticos ou cujos princípios ativos podem servir de precursores para síntese de novos fármacos” (Bermúdez et al., 2005, p. 453). Em outras palavras, planta medicinal é toda e qualquer planta que atue de maneira benéfica no combate ou minimização de qualquer malefício no organismo humano (Barlem et al., 1995).

Todavia, essas comunidades tradicionais têm sido impactadas pela influência direta da medicina ocidental moderna, o que gera um confronto com os conhecimentos tradicionais e o desinteresse dos jovens por esses saberes, interrompendo a transmissão do conhecimento entre as gerações (Amorozo, 1996). Segundo Amorozo (1996), com a industrialização de remédios, a sociedade passou a consumir produtos feitos em laboratórios, deixando de lado os costumes herdados de seus antepassados e perdendo valores tradicionais como o uso de chás, fricções, infusões, emplastros, costura de rasgaduras e outras formas de cura.

Entretanto, o uso de plantas medicinais na cura ou alívio de doenças é hoje objeto de pesquisas científicas, com validade comprovada pela fitoquímica e farmacologia. Há grande interesse da indústria farmacêutica e de cientistas em geral em estudar os aspectos químicos dessas plantas, bem como os conhecimentos tradicionais a elas ligados (Bermúdez et al., 2005; Gomes; Bandeira, 2012; Oliveira et al., 2009). Boa parte dessas investigações é pautada na etnobotânica, que estuda as interações ecológicas, evolucionárias e simbólicas das plantas com as sociedades humanas (Albuquerque, 2005; Gomes; Bandeira, 2012). Oliveira e colaboradores (2009) argumentam que as pesquisas com plantas medicinais são predominantes na etnobotânica.

Neste processo de escrita, ênfase o diálogo com esses saberes científicos, particularmente os produzidos pela etnobotânica voltada às plantas medicinais. A interlocução, porém, também é realizada com os quilombolas locais, inclusive por mim, autor quilombola pertencente a esta comunidade. Desse modo, o universo de

saberes ligado aos conjuntos de vegetais utilizados em Deus Me Ajude será explicitado em suas particularidades, com o intuito de expor a necessidade de fomentar o cultivo das plantas e a reprodução dos conhecimentos do Sistema Tradicional de Atenção à Saúde característicos do local. Com isso, o suposto “assunto complexo” que diz respeito à relação entre etnobotânica e o “retorno” do conhecimento científico à comunidade (Patzlaff; Peixoto, 2009) é transposto, já que a pesquisa e a aplicação dos seus resultados serão direcionadas aos nossos interesses enquanto sujeitos quilombolas.

Segundo Monteles & Pinheiro (2007), as comunidades quilombolas, em função da forte influência do meio natural, apresentam modos de vida e cultura diferenciados. Seus hábitos estão diretamente relacionados aos ciclos naturais, e a forma como aprendem a realidade e a natureza se baseia não só em experiências e racionalidades, mas também em valores, símbolos, crenças e mitos. O uso de plantas medicinais é recorrente nesses grupos em todo o Brasil (Massarotto, 2009; Monteles; Pinheiro, 2007; Oliveira, D. R. D. et al., 2011; Oliveira, F. C. D. et al., 2009; Pereira et al., 2007; Sales; Albuquerque; Cavalcanti, 2009).

A comunidade de Deus Me Ajude está inserida nesse contexto, pois nela são usadas plantas para prevenir, curar ou amenizar certos malefícios ou endemias adquiridas no local. Percebendo que esses valores e usos estão praticamente desaparecendo do contexto vivido pelas novas famílias da comunidade, é importante despertar o interesse delas para esses saberes e fazeres. Destacamos o incentivo a esses usos, alguns dos quais esquecidos, por meio de catálogo e horto confeccionados em conjunto com a comunidade, para, principalmente, afirmar a importância do uso de plantas medicinais no combate e/ou prevenção de diversas doenças e na proteção do território. O estudo mostra as diversas ramificações para o uso dessas espécies: na medicina ocidental, com fins terapêuticos, e no conhecimento dos usos medicinais que os moradores da comunidade detêm.

Esta proposta ressalta o valor da fitoterapia, ajudando a população a prevenir endemias. A comunidade está afastada do centro da cidade, e essas plantas auxiliam no tratamento de diversas enfermidades frequentes na localidade. Devido à distância, o uso de plantas medicinais beneficia muito os moradores, principalmente no período chuvoso, quando poucos procuram a medicina ocidental. Essa situação é

recorrente em quilombos, tendo em vista o acesso dificultado ao Sistema Único de Saúde (SUS) (Gomes; Bandeira, 2012).

Como salientei anteriormente, a relevância dessas plantas, mesmo considerando a gradativa perda de conhecimentos sobre seus saberes, é destacada nas diversas reuniões do movimento quilombola de Salvaterra/PA, bem como nas reuniões da comunidade quando se discute o território. Objetivamos, com isso, inventariar as plantas medicinais e o conhecimento sobre elas, além de incentivar o cultivo das espécies existentes e daquelas que não se encontram na comunidade.

O uso de plantas medicinais fortifica nossa identidade enquanto comunidade tradicional, afinal, temos autonomia em saberes específicos da nossa localidade. Nossos hábitos, em alguns momentos, são características particulares, e é isso que nos torna ricos em saberes e fazeres. Os mais jovens da comunidade são responsáveis por levar adiante a prática de tais saberes.

Este estudo tem o interesse em obter informações sobre prevenção e cura, valorizando o que há de melhor na Comunidade Quilombola de Deus Me Ajude. A importância de se trabalhar a conservação dos espaços de uso comum do território e a criação de canteiros é mostrar à comunidade a necessidade de preservar a transmissão do conhecimento sobre as plantas e verificar se, de fato, seu cultivo e uso ainda são predominantes e fazem parte do cotidiano.

O uso de ervas medicinais faz parte do cotidiano dos moradores da comunidade e sempre foi utilizado pelos antepassados com a finalidade de curar doenças, tanto físicas quanto espirituais. Ainda hoje, as doenças são tratadas com remédios caseiros. Geralmente, nos casos menos graves, como febre, tosse e gripe, recorre-se primeiro ao remédio cultivado nos quintais. O cultivo é, em grande medida, responsabilidade das mulheres. Murrieta e Prins (2006) apontam que, para os moradores da Ilha do Ituqui, no Baixo Amazonas, plantas ornamentais e medicinais convivem nos jardins e quintais, integrando as unidades domésticas.

Em Deus Me Ajude, as plantas medicinais são cultivadas em espaços específicos. Apesar de estarem associadas às espécies ornamentais, algumas não podem estar à vista dos transeuntes, sob risco de morrerem. A maior parte delas está ao lado ou atrás da casa. O quadro abaixo mostra algumas dessas plantas, com suas denominações populares e científicas, além de seus usos tradicionais. As espécies foram elencadas a partir de diálogos iniciais com duas interlocutoras e dos

meus conhecimentos sobre o assunto. A ordem em que os nomes aparecem no quadro é aleatória.

Quadro 1- Nomes das espécies utilizadas na Comunidade Deus Ajude.

Nome popular	Nome científico	Autor	Família	Forma de vida	Indicação	Partes utilizadas	Forma de uso	Local de cultivo
Capim-santo	<i>Cymbopogon citratus</i>	(DC.) Stapf	Poaceae	Arbusto	Dor de barriga, dor de cabeça, febre, dor de estômago.	Folhas	Chá e banhos	No chão
Erva-cidreira	<i>Lippia alba</i>	(Mill.) N.E.Br.	Verbenaceae	Arbusto	Febre, dor de cabeça, dor de barriga,	Folhas	Chá e banhos	No chão
Hortelã	<i>Mentha villosa</i>	Huds.	Lamiaceae	Herbácea	Gripe e resfriado	Folhas	Chá e xarope	Baldes e no chão
Malva-rosa	<i>Alcea rosea</i>	L.	Malvaceae	Herbácea	Gripe, tosse, resfriados.	Folhas	Chá	No chão e no Balde
Sabugueiro	<i>Sambucus australis</i>	Chan. & Schltl.	Adoxaceae	Herbácea	Sarampo, gripe	Folhas	Chá	No chão
Arruda	<i>Ruta graveolens</i>	L.	Rutaceae	Arbusto	Verme, dor de cabeça, AVC, cólicas menstruais.	Folhas e raiz	Chás, banhos, infusões e fricções.	Em baldes, no canteiro
Eucalipto	<i>Eucalyptus sp.</i>		Myrtaceae	Arbóreo	Gripe, resfriado	Folhas	Chá	No chão

Boldo	<i>Peumusboldus</i>	Molina	Monimiaceae	Herbácea	Dor de cabeça, dor de barriga.	Folhas	Chá	Em baldes, canteiro ou no chão
Manjeriço	<i>Ocimumbasificum</i>	L.	Lamiaceae	Herbácea	Dor de cabeça, gripe e resfriado.	Folhas	Banhos	No chão
Mastruz	<i>Chenopodimambrosioides</i>	L.	Chenopodiaceae	Herbácea	Verme, tosse	Folhas e sementes	Chá e sumos	No chão
Alecrim	<i>Rosmarinusofficinales</i>	L.	Labiatae	Arbusto	Tosse	Folhas	Banhos e defumação	No chão
Anador	<i>Justiciapectoralis</i>	Jacq.	Achantaceae	Herbácea	Dores de cólica e abdominal	Folhas	Chá	No chão
Cravo de defunto	<i>Tagetes patula</i>	L.	Asteraceae	Herbácea	Derrame/AV C	Folhas e flores	Fricções, defumação, chá.	No chão ou canteiros
Pucá	<i>Marlieriaglomerata</i>	Griseb.	Myrtaceae	Liana	Derrame/AV C	Folhas e o cipó	Chá, fricções.	No chão
Fossangue	<i>Schinusmolle</i>	L.	Anacardiaceae	Arbóreo	Anemia	Folhas	Chá	No chão
Babosa	<i>Aloe vera</i>	L. Burm. F.	Aspholadeaceae	Herbácea	Inflamação, queimadura,	Folhas	Inflamação, queda de cabelo, queimadura.	No canteiro ou balde

Catinga de mulata	<i>Tanacetumvulgare</i>	L.	Asteraceae	Herbácea	Fricção, Infusão	Folhas	Banho, chá, frequição.	No canteiro
Japana branca	<i>Ayapanatriplinervis</i>	(Vahl) R.M. King & H. Rob	Asteraceae	Herbácea	Infecção urinaria dor de cabeça	Folhas	Chá	No canteiro ou no chão

Fonte: Conhecimento local; Andrade *et al.*, 2006.

4.2 Saberes Ancestrais e o Uso Sustentável dos Recursos Naturais no Quilombo de Deus Me Ajude

O uso dos recursos naturais em Deus Me Ajude se baseia no conhecimento da diversidade de plantas existentes. Os moradores conhecem não apenas os nomes das espécies, mas também suas finalidades. O contato com a natureza se dá principalmente pelo uso das plantas, que vai desde banhos até chás, fricções e infusões. Para infecção urinária e problemas renais, usa-se a infusão de folhas de canafista, pai-joaquim, quebra-pedra e barba-de-paca. O sumo da folha do algodão é utilizado no tratamento de tosse e verminose. O chá de pariri é usado no combate à anemia. O chá de erva-cidreira é calmante e usado para combater pressão alta, dor de cabeça e febre. O chá de manjerição é utilizado no tratamento de dor de cabeça, gripe e resfriado.

Deus Me Ajude é uma comunidade singular, que possui moradores com grande conhecimento, adquirido por meio da observação ou da transmissão oral. Para obter as informações iniciais para esta pesquisa, entrevistei duas moradoras da comunidade: a senhora Maria José e dona Judite. Ambas demonstraram vasto conhecimento sobre o uso de remédios caseiros e falaram sobre suas experiências, a forma como cultivam suas ervas e o valor que elas têm, considerando-as milagrosas. Dona Maria José, de 73 anos, tem sete filhos, é agricultora aposentada e mora em Deus Me Ajude há mais de 50 anos. Começou a cultivar plantas medicinais na adolescência e, sempre que visita amigos e encontra alguma espécie que lhe interessa, pede para levar e plantar. Para ela, o saber sobre as plantas medicinais é um “dom de nascença ou adquirido”. Por isso, não cobra para compartilhar as plantas e seus modos de uso: *“Quando as pessoas vão à minha casa ver algum tipo de planta para fazer remédio, eu não cobro nada, porque, se eu cobrar, vou ficar com a sensação de que não estou fazendo o certo, que é ajudar as pessoas que precisam. Eu acho que, assim, estou fazendo a coisa certa”*.

Dona Judite, pajé e colaboradora da medicina tradicional na comunidade há bastante tempo, tem 75 anos, três filhos e é viúva. Mora na comunidade desde que nasceu. Disse que utiliza muitas plantas do campo, das várzeas e de outros locais para cuidar da saúde e do bem-estar das pessoas que a procuram. Esses ofícios, embora hoje pouco valorizados por alguns na comunidade e em outros lugares, são

frequentemente acionados como socorro emergencial. Os remédios são feitos para consumo próprio. Dona Judite afirma que acredita mais nos “remédios caseiros” do que nos de “farmácia”. Segundo as interlocutoras, há dificuldade para cultivar as plantas, pois não existe local adequado. Elas usam o fundo de baldes, troncos de árvores e o chão. Mesmo assim, conseguem cultivar e suprir as necessidades de outras pessoas doentes.

Com a implantação de canteiros, as pessoas da comunidade poderão cultivar melhor suas ervas. Além dos canteiros, é importante criar, em conjunto com os moradores, um catálogo com as espécies mais utilizadas em Deus Me Ajude. As plantas medicinais, que têm avaliada a sua eficiência terapêutica, a sua toxicologia ou segurança de uso, dentre outros aspectos, estão cientificamente aprovadas para serem utilizadas pela população em suas necessidades básicas de saúde, em função da facilidade de acesso, do baixo custo e da compatibilidade cultural com as tradições (Andrade, 2006). O conhecimento dos profissionais do Sistema Tradicional de Atenção à Saúde local sobre essas ervas aumenta a confiança dos outros comunitários nesse sistema de saberes.

As plantas são cultivadas de acordo com as necessidades mais urgentes, ou seja, as doenças que mais afetam a comunidade, tanto no inverno quanto no verão. Geralmente, usam-se esterco de gado e de galinha, folhas secas, capim, pó de carvão e terra queimada. Em Deus Me Ajude, percebe-se a relação entre as doenças e as estações do ano:

- **Inverno:** diarreia, ameba, reumatismo, Acidente Vascular Cerebral (AVC) / Trombose / Derrame. O frio provoca, por exemplo, maior incidência de reumatismo e AVC entre os idosos. Segundo os conhecimentos locais, isso ocorre pelo contato do “corpo quente” com o chão frio. A ameba e a diarreia são causadas pelo contato da pele com o chão enlameado e com banhos na água da chuva.
- **Verão:** gripe e febre. Ambas ocorrem nesse período devido ao calor e à poeira.

Para a melhor execução deste trabalho, iniciei a pesquisa com uma reunião com a comunidade. Também utilizei saberes contados pelos meus antepassados sobre o período anterior às transformações ocorridas na comunidade, com a

descrição de como as pessoas valorizam a medicina tradicional e os saberes locais. O acesso a essas informações se deu por meio do método etnográfico (Cardoso, R., 1986; Malinowski, 1976[1922]; Sarró; Lima, 2006), considerando que eu, autor da pesquisa, detenho conhecimentos sobre os métodos tradicionais de cura utilizados na comunidade. Utilizei também entrevistas para obter informações sobre as plantas reconhecidas como medicinais, além das que já listei; as formas de uso, as partes utilizadas e as enfermidades para as quais elas são indicadas (Gomes; Bandeira, 2012).

Como mencionei, as pessoas que detêm esse conhecimento são, em sua maioria, mulheres e idosas. A identificação dos nomes botânicos seguiu o sistema de classificação APG III (2009), e a validação dos nomes foi baseada na lista de espécies de Andrade (2006) e no site da Flora do Brasil 2013. As novas espécies citadas terão sua identificação taxonômica realizada da mesma forma e por comparação com as amostras do acervo botânico do Herbário Murça Pires, localizado no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG).

É importante destacar que o objetivo desta pesquisa é dialogar com os saberes tradicionais da comunidade. Apesar de considerar as referências científicas, a execução da pesquisa leva em conta a metodologia tradicional do cultivo e uso de plantas medicinais, tendo em vista que as experiências práticas dos moradores os dotam dos conhecimentos necessários (Geertz, 1998) para este trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a qualificação, buscamos aprimorar os objetivos da pesquisa. É notório que, durante todo o processo, o território passou por diversas transformações sociais, ambientais e até mesmo na soberania alimentar. A comunidade teve partes do seu território arrancadas com correntes e tratores. Nas falas dos moradores quilombolas, percebe-se que eles utilizavam com maestria os espaços que serviam como locais de cura e fonte de alimento. O avanço do agronegócio sobre os espaços quilombolas tem deixado muitas sequelas nas famílias, principalmente nas lideranças que se opõem à destruição causada por aqueles que pensam no desenvolvimento do território por meio da expansão do agronegócio sobre áreas antes respeitadas, que transmitiam não apenas energias positivas, mas também saberes e fazeres.

A instalação de cercas sobre o território gerou tensões e discussões sobre a problemática social que envolve saúde e fome, haja vista que a maioria das famílias sobrevivia da caça, pesca, coleta, roças e outras atividades, que também foram interrompidas. Os recursos naturais foram diminuindo, os animais desapareceram, fugindo da grande quantidade de produtos tóxicos despejados no ar e no solo. Esses produtos, na verdade, visam afetar e matar os animais, abrindo espaço para máquinas e para a servidão.

Esta dissertação buscou analisar as transformações socioambientais no território da comunidade quilombola de Deus Me Ajude, no Arquipélago do Marajó, enfatizando a relação entre a comunidade e os recursos naturais, especialmente o açaí e o bacuri. A pesquisa evidenciou a importância do conhecimento tradicional e das práticas ancestrais para a subsistência e a identidade quilombola, bem como os desafios enfrentados pela comunidade em relação ao acesso e uso dos recursos naturais.

A história da comunidade, marcada pela figura do Alferes Luís Antônio de Souza, mostra a profunda conexão entre o território e a identidade quilombola. A transformação do local, antes de livre acesso, em propriedade privada, com a imposição de restrições e ameaças por parte de fazendeiros e seus agentes de segurança, configura um grave conflito socioambiental. A proibição da coleta de açaí e bacuri, fontes de renda e sustento para a comunidade, impacta diretamente a vida

dos quilombolas, gerando insegurança alimentar e dificultando a manutenção de suas tradições.

A pesquisa demonstrou que o conhecimento tradicional sobre plantas medicinais e o sistema de atenção à saúde próprio da comunidade são elementos essenciais para a sua identidade e bem-estar. A criação de canteiros de plantas medicinais e a elaboração de catálogos contendo informações sobre as espécies e seus usos representam estratégias de resistência cultural e fortalecimento da comunidade.

O estudo também mostrou a importância do diálogo entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional. A participação do pesquisador, membro da comunidade, garantiu que a pesquisa fosse conduzida de forma ética e respeitosa, com o objetivo de fortalecer a comunidade e seus saberes. As transformações no território e as restrições impostas ao acesso aos recursos naturais demandam ações que garantam os direitos da comunidade quilombola de Deus Me Ajude. É fundamental que o poder público e a sociedade em geral reconheçam a importância da preservação do território e da cultura quilombola, garantindo a sua existência digna e o seu direito à terra e aos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth et al. Quilombolas na ilha de Marajó: território e organização política. **Diversidade do campesinato: Expressões e categorias**, 2009.
- ALBUQUERQUE, U. P. D. **Introdução à etnobotânica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.
- ALMEIDA, A. W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.
- AMOROZO, M. C. M. Abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: DI STASI, L. C. (ed.). **Plantas medicinais: arte e ciência. Um guia de estudo interdisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1996. p. 47-68.
- ANDRADE, F. M. C. D. **Identificação de plantas medicinais e preparo de remédios caseiros**. Brasília: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2006.
- BARLEM, S. M. S.; SANTANA, M. S. A. de; NOBRE, G. J. L.; CHERMONT, K. N. R. **Contribuição ao conhecimento fitoterápico da comunidade de Itacoara, município de Benevides, estado do Pará**. Belém: Centro de Ensino Superior do Pará, 1995. p. 21-30.
- BEZERRA, S. M. **Agrobiodiversidade e conhecimentos locais das plantas alimentares no quilombo de Deus Ajude, Arquipélago do Marajó-Pará**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em -) - Universidade Federal do Pará, [Cidade], 2020.
- BOLETIM INFORMATIVO. [Título da publicação]. n. 7, ago. 2014.
- BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya. **Entre Pesquisar e Militar: contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas**. Brasília: CFEMEA, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. In: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CARDOSO, L. F. C. E.; SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. D. Direitos entrelaçados: práticas jurídicas e território quilombola na Ilha do Marajó - PA. **Campos**, v. 11, n. 1, p. 09-29, 2010.
- CARDOSO, R. As aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (ed.). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-105.

CARRIL, L. de F. B. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 69, p. [número da página inicial]-[número da página final], abr./jun. 2017.

GEERTZ, C. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOMES, T. B.; BANDEIRA, F. P. D. F. Uso e diversidade de plantas medicinais em uma comunidade quilombola no Raso da Catarina, Bahia. **Acta Botanica Brasilica**, v. 26, n. 4, p. 796-809, 2012.

IBÁÑEZ-NOVION, M. A. **Sistemas tradicionais de ação para a saúde - Região Nordeste do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Diretoria de Programas Públicos/Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, 1977.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976 [1922].

MASSAROTTO, N. P. **Diversidade e uso de plantas medicinais por comunidades quilombolas Kalunga e urbanas, no nordeste do estado de Goiás-GO, Brasil**. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MONTELES, R.; PINHEIRO, C. U. B. Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva etnobotânica. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 7, n. 2, p. 38-48, 2007.

MURRIETA, R. S. S.; PRINS, A. M. G. A. W. "Eu adoro flores!": gênero, estética e experimentação agrícola em jardins e quintais de mulheres caboclas, Baixo Amazonas, Brasil. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. S. S. (ed.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 276-294.

OLIVEIRA, D. R. de et al. Estudo etnofarmacognóstico da saracuramirá (*Ampelozizyphus amazonicus* Ducke), uma planta medicinal usada por comunidades quilombolas do município de Oriximiná-PA, Brasil. **Acta Amazonica**, v. 41, n. 3, p. 383-392, 2011.

OLIVEIRA, F. C. de et al. Avanços nas pesquisas etnobotânicas no Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 23, n. 2, p. 590-605, 2009.

PATZLAFF, R. G.; PEIXOTO, A. L. A pesquisa em etnobotânica e o retorno do conhecimento sistematizado à comunidade: um assunto complexo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 16, n. 1, p. 237-246, 2009.

PEREIRA, L. A. et al. Plantas medicinais de uma comunidade quilombola na Amazônia Oriental: aspectos utilitários de espécies das famílias Piperaceae e Solanaceae. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 2, p. 1385-1388, 2007.

RIBEIRO, B. E. S.; PONTE, V. S. A nossa briga mesmo é a terra, prioritária”: saberes tradicionais, saúde e territorialidade entre os Tembé do Guamá-Terra Indígena Alto Rio Guamá-Pará, Brasil [Dissertação]. **Belém (PA): Programa de Pós-graduação em Diversidade Sociocultural do Museu Paraense Emílio Goeldi**, 2022.

RIVERA, R. de. **Trajetórias das práticas alimentares na comunidade quilombola de Bairro Alto, Ilha do Marajó, Salvaterra – Pará**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em -) - Universidade Federal do Pará, [Cidade], 2017.

SALES, G. P. de S.; ALBUQUERQUE, H. N. de; CAVALCANTI, M. L. F. Estudo do uso de plantas medicinais pela comunidade quilombola Senhor do Bonfim – Areia-PB. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. Suplemento Especial, n. 1, p. 31-36, 2009.

SANTOS, L. L. dos et al. Técnicas para coleta e processamento de material botânico e suas aplicações na pesquisa em etnobotânica. In: ALBUQUERQUE, U. P. de; LUCENA, R. F. P. de (ed.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica**. Recife: NUPPEA, 2010. p. 279-295.

SARRÓ, R.; LIMA, A. P. Introdução – Já dizia Malinowski: sobre as condições da possibilidade da produção etnográfica. In: LIMA, A. P.; SARRÓ, R. (ed.). **Terrenos metropolitanos. Ensaios sobre a produção etnográfica**. Lisboa: ICS, 2006. p. 17-37.

SILVA, G. M. da. **Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas**. 2012. Dissertação (Mestrado em -) - Universidade Federal do Pará, [Cidade], 2012.

SILVA, H. N. **Mapeamento dos conflitos socioambientais por meio da cartografia participativa: Comunidade Quilombola Deus Ajude-Salaterra-PA**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em -) - Universidade Federal do Pará, [Cidade], 2017.

SOUZA, J. L. S. de. **Segurança e soberania alimentar na comunidade quilombola de Deus Ajude, Ilha de Marajó-PA**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Etnodesenvolvimento) - Universidade Federal do Pará, Altamira, 2018.